



CUIABÁ

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO • EDITAL Nº 002/PMC/SME/2019

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

Duração: 4h30min

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

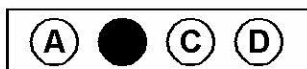
a) Este Caderno, com 70 (setenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha e Prova Discursiva com a folha de rascunho, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
01 a 15	16 a 30	31 a 70	

b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a Folha de Respostas da prova discursiva no verso, destinada às respostas das questões discursivas.

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 Somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.
- 07 Ao candidato, será permitido levar seu **CADERNO DE QUESTÕES** a partir de 60 (sessenta) minutos para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**, ressalvado o estabelecido no item 7.
- 09 Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.
- 10 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluíam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

VACINAS, PARA QUE AS QUERO?

Em um momento em que os menos avisados suspeitam das vacinas, as autoridades em saúde pública e imunologia apresentam dados mostrando que, na realidade, as vacinas precisam, sim, ser inoculadas com mais frequência. Esse é o teor do artigo 'Quanto tempo duram as vacinas?', assinado por Jon Cohen e publicado na prestigiosa revista *Science* em abril de 2019. Nele, Cohen indaga, entre outros assuntos, por que o efeito protetor das vacinas contra a gripe dura tão pouco (em média, depois de 90 dias, a proteção começa a cair) e em outras, como as da varíola e da febre amarela, a ação é bem mais prolongada.

Alguns especialistas argumentam que certos vírus sofrem altas taxas de mutação e geram novos clones, que, por serem ligeiramente diferentes dos originais, não seriam reconhecidos pelas células do sistema imune. Mas, a coisa não é tão simples assim.

Ao estudar a caxumba (que ainda afeta os humanos), por exemplo, os epidemiologistas descobriram que a recorrência da doença acontece com mais frequência em uma determinada faixa etária (entre 18 e 29 anos de idade). Se a reinfeção dependesse apenas de mutações, todas as idades deveriam ser igualmente afetadas. Assim, o enigma perdura.

No entanto, o consenso entre os imunologistas especializados em vacinas é que, de fato, precisamos de mais exposição aos agentes infecciosos ou às próprias vacinas. Em outras palavras, no caso da gripe, teríamos que tomar doses seguidas da vacina a fim de aumentar seu efeito protetor. Em razão desses achados, os pesquisadores chegaram até a criticar a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de recomendar que a vacina contra a febre amarela devesse ser inoculada apenas uma vez, isto é, seria uma vacina vitalícia.

A necessidade da exposição constante aos agentes infecciosos vai de encontro à hipótese do biólogo norte-americano Jared Diamond que, em seu livro *Armas, germes e aço*, defende a ideia de que, ao longo da história, o sucesso dos conquistadores se deveu, em parte, ao fato de eles serem originalmente cosmopolitas e, dessa maneira, terem adquirido resistência imunológica aos agentes infecciosos da época. Mesmo resistentes, seriam portadores desses agentes, o que manteria a memória imunológica. Já os conquistados, grupo formado por populações menores, sucumbiriam ao confronto por não serem capazes de se defender tanto dos invasores humanos quanto daqueles microscópicos.

Embora o avanço nessa área seja promissor, o mecanismo que torna uma vacina mais duradoura ou não ainda segue sem resposta. Como afirma Cohen em seu artigo, "essa é

uma pergunta de um milhão de dólares!" (aproximadamente, o valor do prêmio Nobel).

A despeito disso, ninguém deveria duvidar do poder das vacinas. Muito pelo contrário. A tendência atual no tratamento de doenças crônicas, como o câncer e a artrite reumatoide, é a imunoterapia. Um dia, quem sabe, teremos vacinas contra todos esses males.

Franklin Rumjanek

(Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/vacinas-para-que-as-quiero/>)

1. O título antecipa o seguinte posicionamento do autor discutido ao longo do texto:

- A) defende que o efeito do tratamento não pode ser superior a três meses
- B) associa-se aos que duvidam da eficácia dos processos de vacinação
- C) deseja que haja restrições às pesquisas com vírus inoculado
- D) entusiasma-se com a ampliação do uso da imunoterapia

2. Em "Mas, a coisa não é tão simples assim" (2º parágrafo), o uso da palavra "coisa" é informal, pelo seguinte motivo:

- A) indicar um ser aparentemente desconhecido
- B) expressar referência muito genérica
- C) apresentar grafia incomum
- D) possuir origem imprecisa

3. A ideia central apresentada no quarto parágrafo se refere à seguinte temática:

- A) consequência das doenças
- B) suspensão de tratamento
- C) tempo de imunização
- D) causas de contágio

4. No primeiro parágrafo, o emprego dos parênteses introduz expressão com valor de:

- A) explicação
- B) contraposição
- C) consequência
- D) comparação

5. No terceiro parágrafo, o emprego do modo verbal em "dependesse" expressa a seguinte ideia:

- A) evento com prolongamento constante
- B) ação com duração no passado
- C) hipótese pouco provável
- D) probabilidade com ocorrência certa

6. “por serem ligeiramente diferentes dos originais, não seriam reconhecidos pelas células do sistema imune” (2º parágrafo). O trecho destacado pode ser reescrito, mantendo o sentido original da frase, da seguinte forma:

- A) mesmo sendo ligeiramente diferentes dos originais
- B) uma vez que são ligeiramente diferentes dos originais
- C) apesar de serem ligeiramente diferentes dos originais
- D) contanto que sejam ligeiramente diferentes dos originais

7. A ideia central do segundo parágrafo é apresentada pelo seguinte procedimento recorrente em gêneros discursivos midiáticos:

- A) narrativa imprecisa
- B) descrição subjetiva
- C) falsa suposição
- D) discurso indireto

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

8. Em um grupo de 90 engenheiros, 26 são casados, 60 são cuiabanos e 24 não são casados nem cuiabanos. O número de engenheiros desse grupo que nasceram em Cuiabá e são casados é:

- A) 14
- B) 16
- C) 18
- D) 20

9. Numa caixa foram colocadas apenas 12 bolas pretas e x bolas vermelhas. Se a probabilidade de retirar ao acaso uma única bola dessa caixa, e a sua cor ser vermelha é de 40%, o valor de x é igual a:

- A) 6
- B) 7
- C) 8
- D) 9

10. Considere a seguinte proposição:

“Se Júlia tem 20 anos, então Marcela é amiga de João.”

Pode-se concluir que:

- A) se Marcela é amiga de João, então Júlia tem 20 anos
- B) se Júlia não tem 20 anos, então Marcela não é amiga de João
- C) se Marcela não é amiga de João, então Júlia não tem 20 anos
- D) se Júlia é amiga de Marcela, então Júlia é amiga de João

11. As páginas de um livro foram numeradas sequencialmente de 1 a 435. A quantidade de algarismos usados em toda a numeração é igual a:


- A) 1197
- B) 1191
- C) 1187
- D) 1181

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

12. Atualmente, para garantir integridade e proteção dos dados, é de fundamental importância a realização de cópia de segurança, conhecida como *backup*. Por suas características, dois dispositivos de armazenamento empregados nessa atividade são:

- A) *scanner* e disco rígido
- B) *pendrive* e disco rígido
- C) *scanner* e *webcam* digital
- D) *pendrive* e *webcam* digital

13. No uso dos recursos do editor de textos Word de uma das últimas versões 2010/2013/2016/2019 BR, após finalizar a digitação de um texto, um professor que trabalha na Secretaria Municipal de Educação decidiu acionar uma tecla de função para verificar ortografia e gramática e, em seguida, executar um atalho de teclado que corresponde

a acionar o ícone . A tecla de função e o atalho de teclado são, respectivamente:

- A) F3 e Ctrl + B
- B) F3 e Ctrl + S
- C) F7 e Ctrl + B
- D) F7 e Ctrl + S

LEGISLAÇÃO BÁSICA

14. Fábio é vereador do município de Cuiabá e constata a necessidade de convocação extraordinária da Câmara Municipal. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, a convocação extraordinária poderá ocorrer, em caso de urgência ou interesse público relevante, pelo:

- A) Secretário Geral da Câmara
- B) Governador do Estado
- C) Prefeito do Município
- D) Presidente do Conselho de Municípios

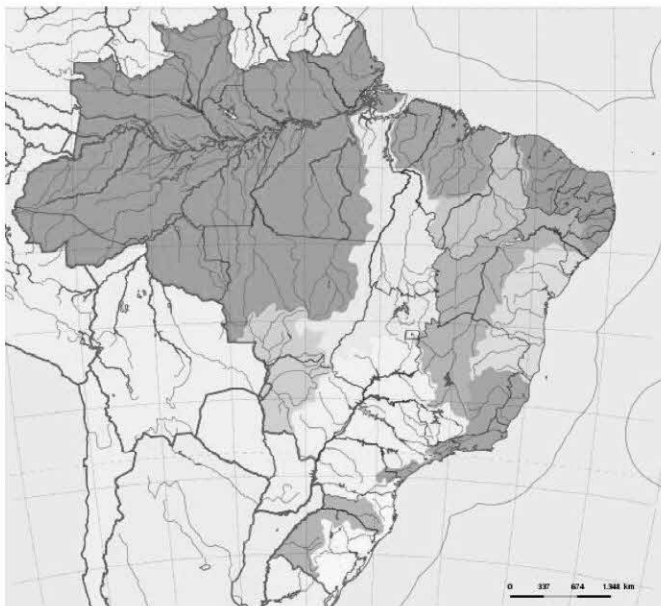
15. Tiago é presidente do sindicato dos servidores municipais do município V e pretende apresentar projeto para normatizar o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, esse conteúdo deve ocorrer mediante a votação de:

- A) lei ordinária
- B) lei complementar
- C) lei delegada
- D) lei provisória

CONHECIMENTOS GERAIS

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

16. O mapa a seguir mostra os rios e bacias que cortam o território nacional.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hidrografia_do_Brasil. Acesso em 27 de julho de 2019.

O maior divisor de águas da América do Sul está em Mato Grosso. Estende-se no sentido oeste-leste, separando as bacias fluviais opostas, vertentes umas para o norte e outras para o sul. Toda a extensa rede hidrográfica que serve o estado de Mato Grosso abrange grande parte das duas maiores bacias hidrográficas do Brasil - Amazônica e Platina -, cujas águas se acham separadas pela Chapada dos Parecis e pela Serra Azul. Destaca-se também uma terceira bacia hidrográfica, cujo tributário mais importante, em terras mato-grossenses, é o Rio Araguaia. Essa bacia hidrográfica é a do:

- A) São Francisco
- B) Paraguai
- C) Tocantins
- D) Paraná

17. Entre 1900 e 1960, a população mato-grossense passou de 118 mil para 330,6 mil habitantes. A situação começa a se modificar a partir dos anos de 1970, coincidentemente a década da divisão e do início da expansão do agronegócio estadual, quando salta para 612,8 mil habitantes. Desde então, vem praticamente dobrando a cada década, até atingir 3,4 milhões de habitantes em 2018, conforme o IBGE.

A ocupação do território mato-grossense se deu graças à ação dos vários pioneiros, que por aqui aportaram e contribuíram para o seu desenvolvimento. Um deles foi Ênio Pipino que, em 1948, fundou uma empresa de colonização, considerada uma das mais antigas do país, que deu origem ao nome de um município mato-grossense que se destaca na produção de soja.

Fonte: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso>. Acesso em 02 de agosto de 2019. Adaptado.

De acordo com a leitura do texto, o município em questão é:

- A) Vera
- B) Santa Carmen
- C) Cláudia
- D) Sinop

18. PIB de Mato Grosso salta 118% e chega a R\$ 123,8 bi em 6 anos.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso mais que dobrou em 6 anos. A evolução foi de 118% entre 2010 e 2016, ao saltar de R\$ 56,601 bilhões para R\$ 123,834 bilhões. No período, a participação de Mato Grosso na economia do país cresceu, passando de 1,5% para 2%. Já na região Centro-Oeste, a participação foi de 15,9% em 2010 para 19,5% em 2016.

Disponível em: <https://www.cenariomt.com.br/2018/11/18/pib-de-mato-grosso-salta-118-e-chega-a-r-1238-bi-em-6-anos/>. Acesso em 01/08/19

Com base na variação do PIB do estado de Mato Grosso, à época da reportagem, a principal atividade econômica responsável por essa variação foi:

- A) a mineração, com destaque para a extração de bauxita
- B) a produção de grãos, com destaque para a produção de soja
- C) a fruticultura, com destaque para a produção de manga e abacaxi
- D) o turismo rural, com destaque para os roteiros nas antigas fazendas de café

HISTÓRIA DE MATO GROSSO

19. *Através das complexas experiências históricas dos quilombolas se percebem, para além da resistência e dos variados aspectos das suas vidas sociais, econômicas e culturais, as transformações nas relações entre senhores e escravos. Ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente.*

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: mocambos quilombolas e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005, p.30.

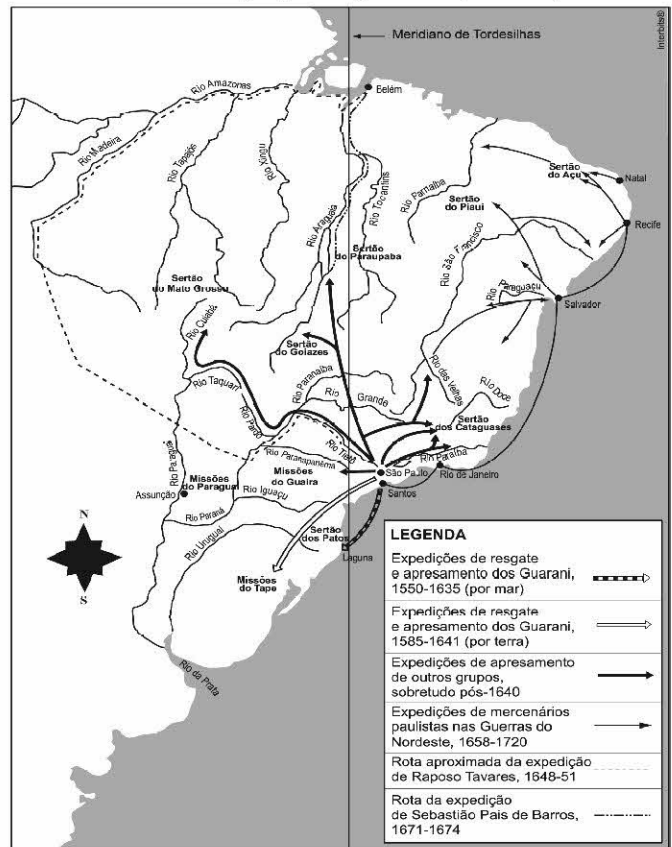
Sendo a Província de Mato Grosso uma área fronteiriça, isso acabou favorecendo a movimentação de nativos e africanos escravizados, facilitando o processo de formação de quilombos durante os séculos XVIII e XIX, considerando-se os desafios do acesso e circulação pelos rios e caminhos nas matas, bem como as reações indígenas contra os colonizadores.

Sobre a presença de quilombos na Província de Mato Grosso, verifica-se o fato de:

- a condição de escravizado impedir que africanos adquirissem uma capacidade de mobilidade e negociação que lhes desse posição de privilegiados nas relações sociais na fronteira
- a especificidade dessa parte mais a oeste do território, como fronteira geográfica e de gente, ter presenciado várias nações nativas da região aliadas aos escravos negros nas suas sublevações
- a região ser de fronteira, em especial, uma fronteira hidráulica, o que impedia os nativos e os africanos escravizados de fugirem e de formarem quilombos na província
- à época, os quilombos formados, por se localizarem distantes das vilas e cidades, enfrentando dificuldades de locomoção, serem impedidos de negociar seus produtos excedentes

20. O mapa apresenta algumas das expedições que, já em meados do século XVI, embrenharam-se pelo interior da colônia portuguesa, em especial as empreendidas pelos bandeirantes paulistas a partir do século XVII, que visavam, entre outros objetivos, o apresamento de nativos, e que foram fundamentais para o processo de interiorização e expansão do território.

Bandeiras e Expedições de Apresamento (1550-1720)



MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 13. (Adaptado).

Com base na análise do mapa e considerando outros conhecimentos sobre o assunto, pode-se afirmar corretamente que:

- enquanto o objetivo maior dos jesuítas era catequizar os indígenas, as bandeiras de apresamento visavam obter lucros com a venda dos escravos indígenas para as regiões açucareiras, o que explica a não utilização da mão de obra dos nativos por parte das missões jesuíticas
- as bandeiras de apresamento ocorreram principalmente em função da atividade mineradora do ouro e diamante, sendo necessária uma maior oferta de mão de obra nativa, que teria predominado sobre a africana nas regiões ricas da colônia, pelo menos até o século XVIII
- o período de pleno desenvolvimento das bandeiras de apresamento, durante o século XVII, decorreu da invasão espanhola no Nordeste colonial e sobre a região de Angola na África, desorganizando o tráfico de africanos escravizados para a colônia portuguesa
- embora a coroa portuguesa, em função da lógica mercantilista, impusesse o uso de africanos escravizados na colônia, estimulando o tráfico negreiro, para o colono tornou-se mais vantajoso o uso de escravos indígenas, resultando daí o interesse nas bandeiras de apresamento

21. O Sete de Abril de 1831, mais do que o Sete de Setembro de 1822, representou a verdadeira independência nacional, o início do governo do país por si mesmo, a Coroa agora representada apenas pela figura quase simbólica de uma criança de cinco anos. O governo do país por si mesmo, levado a efeito pelas regências, revelou-se difícil e conturbado. Rebeliões e revoltas pipocaram por todo o país, algumas lideradas por grupos de elite, outras pela população tanto urbana como rural, outras ainda por escravos.

CARVALHO, J. Murilo. Documentação política, 1808-1840. In: "Brasileira da Biblioteca Nacional". Nova Fronteira, 2001.

O período que se iniciou com a abdicação de D. Pedro I foi considerado o mais agitado do Império. À época foi consolidado o processo de independência, que acabou evidenciando as divisões no interior das elites dominantes, abrindo espaço para as revoltas, ou de cunho liberal ou populares. Essa agitação política atingiu inúmeras províncias, incluindo a de Mato Grosso, que foi palco da revolta conhecida como Rusga, que eclodiu na noite de 30 de maio de 1834.

Considerando-se o conturbado Período Regencial (1831-1840) e as Revoltas Provinciais, em geral, e a Rusga, em particular, é correto afirmar que:

- A) a crise gerada pela abdicação de D. Pedro I acirrou os ânimos entre os que defendiam o retorno do Imperador e os defensores da autonomia provincial, que se opunham, em alguns casos, aos privilégios dos portugueses, em especial os que controlavam o comércio, o que ajuda a entender uma das causas para a eclosão da Rusga Cuiabense
- B) assim como ocorreu nas Revoltas "Nativistas" coloniais no início do século XVIII (Vila Rica e Mascates), a Rusga Cuiabense também assumiu um caráter antilusitano, agravado pela centralização política exercida pelo governo central localizado no Rio de Janeiro que, no entanto, não temeu pela desintegração do território brasileiro
- C) o conjunto das Revoltas Regenciais, incluindo a Rusga, além de ter sido motivado pela política centralista imperial, sob os governos dos regentes, propunha a defesa das independências das províncias, o que ameaçava o projeto unitarista e centralizador, defendido pelas elites agrárias e escravocratas do Sudeste
- D) a unidade política entre liberais e conservadores durante todo o Período Regencial refletiu-se nas Revoltas provinciais brasileiras, levando as elites locais e regionais a reivindicarem maior autonomia política e administrativa, reivindicação que, no caso do Mato Grosso, esteve presente na Revolta conhecida como Rusga

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

22. A diretoria de uma instituição solicitou aos seus profissionais que colaborassem com a elaboração do Manual de Normas Éticas que deveria ser seguido futuramente por todos.

A colaboração criou um debate que abordou diferentes aspectos históricos e culturais relativos a juízos de:

- A) mercado
- B) valor
- C) mérito
- D) fato

23. A etnologia da palavra *ethos*, ética em grego, designa a morada humana. Neste sentido, ética é uma construção contínua de princípios e valores, realizada de forma integrada pelo conjunto da sociedade, como uma morada filosófica que o ser humano constrói para si e para todos. Leonardo Boff define que é ético tudo que colabora para tornar melhor o ambiente em que se habita, fazendo dele uma moradia saudável, que deve ser:

- A) materialmente apreciável, psicologicamente afetuosa, espiritualmente estagnada
- B) materialmente deteriorada, psicologicamente centrada e espiritualmente restritiva
- C) materialmente soberba, psicologicamente abalada e espiritualmente radicalizada
- D) materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

24. Empatia é a competência de se colocar no lugar de outra pessoa, o que só ocorre se o profissional desenvolver a habilidade de escuta, que consiste na verdadeira predisposição de ouvir e de compreender a visão de mundo do outro.

A escritora Eliana Brum afirma que para desenvolver a capacidade de escuta é necessário:

- A) fazer uma especialização em um curso de oratória
- B) frequentar um curso prático de arte da escutatória
- C) falar muito de si para outra pessoa para criar a empatia
- D) compreender que a escuta é um ato de doação amorosa

25. A comunicação interpessoal oral no trabalho se realiza por meio do diálogo entre as pessoas. No entanto, todo diálogo, para acontecer, exige que um processo essencial da vida em sociedade ocorra, sem o qual ele não se efetiva. Esse processo é o de:

- A) coação
- B) coerção
- C) interação
- D) introspecção

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. Os postulados fundamentais que inspiram o modo de agir da Administração Pública são chamados de princípios administrativos, que podem ser expressos na Constituição ou reconhecidos pela doutrina e jurisprudência que revela sua aceitação como regra geral. Nesse sentido, o princípio reconhecido segundo o qual os bens e interesses públicos não pertencem à Administração, nem a seus agentes, cabendo a estes conservá-los em nome da coletividade que é o verdadeiro titular dos interesses públicos, é o princípio da:

- A) continuidade
- B) indisponibilidade
- C) segurança jurídica
- D) supremacia do interesse público

27. A administração pública pode ser conceituada como todo aparelhamento do Estado que visa à satisfação das necessidades coletivas e, em conformidade com o princípio da descentralização, para melhor se fazer presente, se organiza em administração direta e indireta. Nesse sentido, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, ou à entidade da administração indireta, é a denominada:

- A) autarquia
- B) empresa pública
- C) fundação pública
- D) sociedade de economia mista

28. A categoria de agentes públicos a quem se incumbe a execução das diretrizes traçadas pelo Poder Público e que são os responsáveis pelos destinos fundamentais do Estado, caracterizando-se pelo exercício de funções de direção e orientação estabelecidas na constituição, é a denominada:

- A) agentes particulares
- B) servidores públicos
- C) agentes de fato
- D) agentes políticos

29. Os poderes administrativos podem ser conceituados como o conjunto de prerrogativas que o poder público concede aos agentes administrativos para que o Estado possa alcançar os fins a que se destina. Nesse sentido, o poder concedido ao agente para eleger dentro dos limites da lei e escolher, dentre as várias condutas possíveis, a que for mais conveniente e oportuna para o interesse público, refere-se ao poder denominado:

- A) discricionário
- B) arbitrário
- C) vinculado
- D) regulador

30. Segundo Carvalho Filho (2019), a exteriorização da vontade do agente, sob o regime de direito público, que vise a produção de efeitos jurídicos para atender ao interesse público é o conceito de ato administrativo. O elemento pelo qual todo ato administrativo deve buscar o bem comum e os atendimentos aos reclamos da sociedade, é o denominado como:

- A) competência
- B) finalidade
- C) motivo
- D) forma

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

31. Nas políticas de educação inclusiva do Plano Municipal de Educação de Cuiabá, situa-se a dimensão etnorracial vinculada à Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatória, no currículo da rede oficial de ensino, a temática da História e Cultura afro-brasileira. Segundo essa lei, o conteúdo programático incluirá, dentre outros itens:

- A) o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade nacional
- B) a história da África Oriental nos séculos XIV e XV e a contribuição do povo negro nas áreas científica e artística brasileiras
- C) a luta dos negros contra os indígenas, a história dos países africanos e as religiões de matriz africana
- D) a história dos negros da África Ocidental, a abolição da escravidão e a legislação do período do Brasil Império

32. A meta nº 6 do Plano Municipal de Educação de Cuiabá é “oferecer, em parceria com o MEC/FNDE, ações voltadas para a educação integral no contraturno, ampliando a carga horária para os alunos matriculados na Educação Básica da rede pública municipal.”

Uma das estratégias apresentadas no Plano para o atingimento dessa meta é:

- A) garantir uma política de formação inicial e continuada para os profissionais do ensino fundamental
- B) implementar, em colaboração com a União, ações de alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos
- C) fomentar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, bem como com outros equipamentos públicos tais como centros comunitários e bibliotecas, dentre outros
- D) garantir a orientação e o monitoramento dos processos de credenciamento e autorização das instituições privadas com atendimento específico em Educação Infantil e Educação Especial

33. Uma das metas do Plano Municipal de Educação de Cuiabá é “promover a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades do sistema municipal de ensino com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir médias nacionais para o IDEB até 2023.”

Dentre as estratégias viáveis para o alcance desta meta, é correto incluir a:

- A) criação de um sistema de acompanhamento e avaliação dos resultados acadêmicos obtidos na implantação do currículo com carga horária ampliada
- B) implementação de uma matriz curricular de referência em todas as unidades educacionais do sistema municipal de ensino até o ano de 2017
- C) execução de programas e projetos com foco no uso de tecnologias educacionais diversificadas para todos os profissionais das escolas da rede municipal de ensino
- D) implantação do Projeto Avaliar, a Prova Cuiabá e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Cuiabá (IDEC) nas unidades educacionais da rede pública municipal

34. A meta nº 15 do Plano Municipal de Educação de Cuiabá é “garantir o atendimento da educação especial na perspectiva inclusiva e o atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando o princípio da educação para todos durante a vigência desse plano. “

Dentre as estratégias para a consecução dessa meta, pode-se citar a de:

- A) realizar concurso público para professores especializados em alunos surdos e cegos, com percentual igual a 35% do magistério da rede pública municipal de ensino
- B) assegurar a autonomia pedagógica para escolas especializadas da rede privada mediante repasse financeiro de recursos da rede pública municipal de ensino
- C) garantir a oferta de Educação Especial em todas as etapas e modalidades nas unidades educacionais públicas e privadas, atingindo 100% da demanda até o ano de 2020
- D) assegurar, mediante parcerias com organizações não governamentais, o transporte escolar para os estudantes do campo portadores de deficiências físicas severas

35. Dentre as estratégias do Plano Municipal de Educação de Cuiabá voltadas para a política inclusiva, a diversidade e a educação especial, pode-se citar a de garantir:

- A) a oferta da Educação Especial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental diurno até o 3º ano
- B) aos alunos com deficiência sensorial o acesso aos sistemas Braille e Libras nas bibliotecas públicas, eventos, repartições e centros de formação, dentre outros equipamentos urbanos
- C) o letramento digital dos profissionais especializados em alunos com altas habilidades ou superdotação no sistema municipal de ensino mediante convênio com universidades públicas federais
- D) um mínimo de 25% das matrículas na rede municipal de ensino para a Educação de Jovens e Adultos portadores de deficiências motoras e transtornos globais do desenvolvimento

36. De acordo com o Artigo 18 da Lei nº 11.494/2007, a lei do FUNDEB, os estados e os municípios poderão celebrar convênios para a transferência de alunos, recursos humanos e materiais, bem como de:

- A) despesas com aulas de dança e música mesmo que essas aulas não integrem atividades curriculares oficiais
- B) encargos financeiros e transporte escolar, acompanhados de transferência imediata de recursos financeiros da União
- C) recursos financeiros considerando-se as matrículas presenciais e não presenciais nas escolas da rede regular especializadas em Educação Especial
- D) recursos extraordinários para gratificação de funções especiais de professores que atuem na Educação de Jovens e Adultos

37. Segundo o inciso I do Artigo 23 da Lei nº 11.494/2007, lei do FUNDEB, é vedada a utilização dos recursos do Fundo:

- A) no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica
- B) na remuneração condigna dos profissionais da educação básica da rede pública
- C) na melhoria da qualidade do ensino da Educação Especial na Educação Infantil
- D) no desenvolvimento de competências específicas de professores alfabetizadores

38. De acordo com o Artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, lei do FUNDEB, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos:

- A) membros dos Conselhos Municipais e Estaduais de Ensino
- B) gestores administrativos das escolas das redes estaduais de ensino
- C) professores de áreas indígenas e quilombolas das zonas rurais e urbanas
- D) profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública

39. De acordo com o Artigo 1º da Lei nº 11.494/2007, lei do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é de natureza:

- A) pedagógica
- B) legislativa
- C) contábil
- D) estrutural

40. De acordo com o inciso III do Artigo 40 da Lei nº 11.494/2007, a lei do FUNDEB, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica de modo a assegurar a:

- A) transferência de alunos entre Estados e Municípios
- B) melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem
- C) implantação de propostas pedagógicas das escolas
- D) formação continuada de professores especializadas em Braille

DISCIPLINA ESPECÍFICA

41. A administração, como ciência, contempla a organização racional do trabalho (ORT), que foi a tentativa da administração científica de substituir os métodos empíricos e rudimentares pelos métodos científicos. A existência de diversos supervisores, cada qual especializado em determinada área e que tem autoridade relativa e somente à sua especialização sobre os mesmos funcionários, portanto, uma autoridade relativa e parcial, é o aspecto da ORT denominado:

- A) supervisão funcional
- B) desenho de cargos e tarefas
- C) divisão do trabalho e especialização do operário
- D) análise do trabalho e estudo de tempos e movimentos

42. Para Fayol, o princípio geral da administração em que cada pessoa deve receber ordens de apenas um superior é o princípio da:

- A) hierarquia
- B) cadeia escalar
- C) unidade de direção
- D) unidade de comando

43. Os administradores diferem na forma como tomam as decisões em função de suas diferenças individuais sobre como as pessoas percebem e as oportunidades. O estilo de decisão característico de pessoas que tomam decisões socialmente orientadas, e que consideram grande quantidade de informações, é o estilo:

- A) diretivo
- B) analítico
- C) conceitual
- D) comportamental

44. A Constituição Federal, em seu Art. 37, determina que na administração pública direta e indireta qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios expressos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio que objetiva a igualdade de tratamento que deve ser dispensada aos administrados em idêntica situação jurídica, voltando-se exclusivamente para o bem público, vedando que sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros, é o princípio da:

- A) legalidade
- B) impessoalidade
- C) moralidade
- D) publicidade

45. O regime jurídico dos contratos administrativos instituídos pela Lei nº 8.666/93, não permite à administração, com relação aos contratos firmados com particulares, a seguinte prerrogativa:

- A) modificar as cláusulas unilateralmente visando adequá-las ao interesse público
- B) aplicar sanções motivadas pela inexecução do contrato
- C) ocupar provisoriamente bens imóveis nos casos de serviços essenciais
- D) modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias

46. Improbidade administrativa é o ato contrário aos princípios básicos da Administração Pública, cometidos por agentes públicos no exercício da função ou em decorrência desta. De acordo com a Lei nº 8.429/92, **NÃO** constitui ato de improbidade administrativa:

- A) receber vantagem econômica de qualquer natureza para permitir a exploração ou prática de jogos de azar e contrabando
- B) ordenar ou permitir a realização de despesas públicas não autorizadas em lei
- C) receber de amigos bens de qualquer natureza considerados como presentes, ainda que de pequeno valor
- D) usar, em serviço particular e proveito próprio, veículo ou equipamento, bem como ajuda de servidores públicos ou terceirizados contratados

47. A Lei nº 4.320/64 determinou que, na administração pública brasileira, as receitas pertencem ao exercício financeiro no qual foram arrecadadas e as despesas pertencem ao exercício financeiro em que foram legalmente empenhadas. Em razão desse mandamento, o regime contábil adotado é, respectivamente:

- A) caixa e caixa
- B) caixa e competência
- C) competência e caixa
- D) competência e competência

48. Para buscar maior transparência, controle e possibilidade de correta avaliação do orçamento público, busca-se produzi-lo como uma peça legal, obedecendo aos princípios clássicos do orçamento. Nesse sentido, o princípio que determina a não inclusão no orçamento de normas relativas a outros campos jurídicos estranhos à previsão da receita e de fixação da despesa é o princípio da:

- A) exclusividade
- B) universalidade
- C) unidade
- D) clareza

49. As políticas públicas são voltadas para a sociedade e seus problemas e buscam desenvolver cenários que expliquem as tendências contemporâneas quanto a diferentes aspectos da gestão pública. As políticas públicas que dizem respeito ao controle estatal sobre a utilização de recursos ou execução de atividades por diferentes setores da sociedade são classificadas como:

- A) distributivas
- B) regulatórias
- C) constitutivas
- D) redistributivas

50. O estágio da receita em que o Poder Executivo reconhece a procedência do crédito e identifica o contribuinte devedor é:

- A) a previsão
- B) o lançamento
- C) a arrecadação
- D) o recolhimento

51. O empenho é um estágio da despesa emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento. O empenho utilizado para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas ao parcelamento, como no caso de aluguéis com pagamento mensal ou compras de materiais com entregas parceladas, é o do tipo:

- A) por estimativa
- B) ordinário
- C) normal
- D) global

52. A contabilidade pública, em função de sua complexidade, utiliza-se de metodologia especial para registrar os fenômenos que afetam a situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades de direito público. Nesse sentido, o sistema que evidencia o registro contábil da receita e da despesa, assim como o montante dos créditos vigentes, a despesa empenhada e realizada e as dotações disponíveis, é o sistema:

- A) financeiro
- B) patrimonial
- C) orçamentário
- D) de compensação

53. A classificação dos bens públicos quanto à sua destinação, que constituem bens do patrimônio da União, dos Estados, ou Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de uma entidade, ou seja, os bens que pertencem a uma pessoa jurídica de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, são os denominados:

- A) dominicais
- B) de uso especial
- C) de uso particular
- D) de uso comum do povo

54. A etapa do ciclo orçamentário que se refere à organização e aos critérios de trabalho destinados a julgar o nível dos objetivos fixados no orçamento e as modificações ocorridas durante sua execução, além de medir a eficiência e grau de racionalização no uso de recursos, é aquela denominada:

- A) avaliação ou controle
- B) execução orçamentária
- C) elaboração da proposta
- D) aprovação da lei do orçamento

55. O documento de médio prazo e de mais alta hierarquia no sistema de planejamento de qualquer ente público, utilizado para estabelecer de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração pública, razão pela qual os demais programas devem subordinar-se aos ditames nele estabelecidos, é:

- A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias
- B) o cronograma de desembolso
- C) a Lei de Orçamento Anual
- D) o Plano Plurianual

56. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Assim, e de acordo com o Art 4º. da referida Lei, é uma das funções da Lei de Diretriz Orçamentária:

- A) prever reservas de contingência
- B) estabelecer critérios para cobrança de créditos pela via administrativa
- C) estabelecer a expansão de despesa obrigatória de caráter continuado
- D) disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas

57. O suprimento de fundos é um adiantamento precedido de empenho feito a um servidor para despesas que, por sua natureza e urgência, não podem aguardar um processo normal. Segundo a legislação vigente, poderá ser concedido adiantamento para atender ao seguinte tipo de despesa:

- A) pequenas, a um servidor declarado em alcance
- B) eventuais, a servidor responsável por dois suprimentos
- C) de qualquer valor e que deva ser feita em caráter sigiloso
- D) de pequeno vulto, a servidor que, esgotado os prazos, não tenha prestado contas de sua aplicação

58. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito e emissão e aceite de título, caracterizam a seguinte forma de financiamento do Estado:

- A) operação de crédito
- B) concessão de garantia
- C) dívida pública fundada
- D) dívida pública mobiliária

59. O canal de distribuição que tem em sua estrutura uma parte das suas funções ao longo do canal, que é executada em paralelo por dois ou mais elementos da cadeia de suprimento, é o do tipo:

- A) horizontal
- B) múltiplo
- C) híbrido
- D) vertical

60. O sistema de otimização de estoques que obtém informações de todas as funções da empresa, monitorando materiais, compras, programação de produção e outras informações, permitindo auxiliar na tomada de decisões relacionadas a finanças, logística e cadeia de suprimentos, é o sistema denominado:

- A) ERP (*Enterprise Resource Planning*)
- B) MRP (*Manufacturing Resource Planning*)
- C) JIT (*Just-in-time*)
- D) CRP (*Capacity Resource Planning*)

LEGISLAÇÃO

61. Asdrubal é Técnico em Educação e atua no planejamento em órgão vinculado ao Ministério da Educação do governo federal.

Nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, no pertinente à política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas, caberá à União a tarefa de:

- A) centralização
- B) comando
- C) coordenação
- D) referência

62. Adriana, economista, foi convidada para assumir a Secretaria de Educação do Estado B. Com pouca experiência na área, nomeou Ester como assessora especial, profissional com larga experiência no setor de administração escolar com atuação em vários municípios.

Nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, os Estados incumbir-se-ão de definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais, de acordo com a população a ser atendida e a disponibilidade em cada uma dessas esferas do Poder Público, devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades e de recursos:

- A) humanos
- B) logísticos
- C) prediais
- D) financeiros

63. Genaro é gerente de uma empresa agropecuária sediada na zona rural do município YK. Como existem várias crianças em idade escolar no local, a empresa resolveu propiciar os meios para que a educação fosse prestada.

Nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, uma das obrigações dos municípios consiste em assumir o:

- A) financiamento escolar
- B) auxílio escolar
- C) transporte escolar
- D) contato escolar

64. Os representantes dos municípios B, C e D realizam reunião com o Secretário de Educação do Estado Y para discutir os problemas de organização do sistema educacional.

Nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, uma das possibilidades outorgadas aos municípios consiste em compor com o Estado:

- A) o sistema único de educação básica
- B) o consórcio de educação fundamental
- C) a parceria pública de educação geral
- D) o projeto especial de educação local

65. D., com onze anos de idade, sofreu acidente tendo o hospital amputado uma de suas pernas por complicações que geraram risco de perda da vida.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe ao poder público fornecer, gratuitamente, àqueles que necessitarem:

- A) depósitos
- B) instalações
- C) auxílios
- D) próteses

66. Sofia nasceu com problemas na sua arcada dentária. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo:

- A) Sistema Particular de Atendimento
- B) Sistema Oficial Nacional
- C) Sistema Organizado Infantil
- D) Sistema Único de Saúde

67. Serena atua como psicóloga em clínica particular e desenvolve estudos sobre traumas provocados em crianças.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão é considerada:

- A) tortura pessoal
- B) castigo físico
- C) ameaça humilhante
- D) ato abusivo

68. Patrícia deseja atuar no apoio a programas para crianças e adolescentes.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte, e **NÃO** inscritas nos:

- A) cadastros de devedores
- B) cadastros de improbidade
- C) cadastros de adoção
- D) cadastros imobiliários

69. J. e W. discordam sobre os termos da educação de P., filho de ambos, de doze anos de idade.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer para a solução da divergência à autoridade:

- A) ministerial
- B) judiciária
- C) mediadora
- D) conciliadora

70. J. está grávida e sendo assistida pelo serviço municipal de saúde do município ES. Após o parto, manifesta o desejo de entregar M., recém-nascida, para adoção.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, incumbe ao poder público proporcionar à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, assistência:

- A) material
- B) familiar
- C) moral
- D) psicológica

(Prova discursiva na próxima página)

PROVA DISCURSIVA

A partir de seus conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo de 20 a 40 linhas que contemple o seguinte enunciado:

Políticas públicas: que princípios as sustentam?

Se no país levamos tantos anos para assumir que a educação integra um rol de direitos sociais, a advertência de Bobbio (1992) serve de alerta para compreender como se constituem esses direitos: “os direitos nascem nem todos de uma vez, nem de uma vez por todas”. Para Bobbio (1992, p. 5), este é um processo contínuo, e quanto mais se experienciam direitos, mais se percebe que o horizonte para eles pode estar mais adiante, e que muitos outros podem ser conquistados e reivindicados como tal. No caso, então, da educação, pode-se assumir que a condição de direito à educação – defendida desde 1948 na Declaração de Direitos Humanos como direito humano fundamental – é um princípio que norteia e põe no eixo próprio toda e qualquer política de educação.

Nas escolas, portanto, o direito à educação precisa se traduzir pelo acesso, a oferta de vagas – o que não basta. O direito só se faz se garantida a permanência e o sucesso da aprendizagem, ou seja, pela ideia de que não basta garantir a matrícula, a vaga, oferecendo um currículo que espante e afaste crianças, adolescentes, jovens e adultos do gosto pelo conhecimento e pelo saber. Poder-se-ia dizer que a garantia do direito, nesse plano cotidiano traduz-se pelo projeto político-pedagógico que as escolas assumem, tornando visíveis e inegociáveis sua finalidade, seu compromisso com quem servir e com o êxito da sua tarefa.

Jane Paiva

(In: Políticas Públicas de Educação. 1ed. Rio de Janeiro:

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 96.)

Tendo em vista as políticas educacionais do Município de Cuiabá-MT, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei do FUNDEB (nº 11.494/2007), quais são os desafios dos profissionais da Educação na promoção do direito pleno à Educação?

Para produzir o seu texto, siga estas instruções:

- 1 - Atente-se às questões e aos conhecimentos relacionados para escrever seu texto.
- 2 - **NÃO** copie trechos dos textos da prova em sua resposta.
- 3 - Empregue a norma culta padrão da língua portuguesa.
- 4 - Faça letra LEGÍVEL.
- 5 - Transcreva o seu texto a caneta para **A FOLHA DE RESPOSTAS**.
- 6 - O rascunho **NÃO** será considerado para a correção.
- 7 - O texto deve ter **no mínimo 20 (vinte) e no máximo 40 (quarenta) linhas**.
- 8 - Texto com **menos** de 20 linhas e **mais** de 40 linhas **NÃO** será considerado e corrigido.
- 9 - **NÃO** assine a folha de respostas ou faça qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

OBS: A Prova Discursiva deverá ser realizada na FOLHA DE RESPOSTAS no verso do CARTÃO DE RESPOSTAS e o rascunho não será considerado.

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 100 pontos

1

5

10

15

20

25

30

35

40

RASCUNHO

